

PENSANDO O IMPEACHMENT

Marcos Nobre

RESUMO

O artigo analisa as questões políticas relacionadas ao *impeachment* do presidente Collor e suas repercussões sobre a conjuntura atual. Para o autor, a compreensão do processo que culminou com o afastamento do presidente deve ser buscada — além de na crise econômica — na lógica do funcionamento da política institucional, bastante complicada pela entrada em vigor da Constituição de 1988.

Palavras-chave: política; política econômica; sistema político; impeachment.

SUMMARY

This article analyzes the political issues raised by the impeachment of president Fernando Collor, and addresses the impact of these issues upon the current situation. According to the author, in order to understand the process culminating in the removal of the president, one must consider not only the economic crisis, but also the logic of institutional politics, which became more complex with the adoption of the 1988 Constitution.

Keywords: politics; economic policy; political systems; impeachment.

Seria pelo menos ingênuo afirmar que o sentido político do movimento constitucionalista de 1932 foi simplesmente a luta por democracia. No entanto, a ingenuidade parece ter sido elevada à categoria de ciência quando se trata de analisar o processo de *impeachment* de Collor: a luta pela moralização da política tornou-se simultaneamente expressão da unanimidade e explicação do sentido político do afastamento do presidente.

A importância e a novidade do movimento pela ética na política são patentes, mas parecem ter obscurecido a boa e velha máxima da prudência que manda desconfiarmos de uma unanimidade sustentada por um arco de alianças tão amplo quanto o do movimento *pró-impeachment*. Esquecemos de que o governo Collor tinha um *projeto político* para este país, resultado de um diagnóstico do presente e de uma aposta no futuro. Sacrificamos a reflexão coletiva em torno desse projeto em nome da unidade: o preço do *impeachment* foi a despolitização do debate. Para que essa situação possa ser revertida, tornando-se ocasião de reflexão e esclarecimento, penso devermos tentar entender o que foi o processo que culminou no afastamento do

presidente, e quais as suas possíveis conseqüências para a conjuntura atual. Para tanto, acho que devemos começar pela exposição das linhas mestras do projeto político de Collor, para que seja possível entender como o movimento pelo *impeachment* se posicionou em relação a ele.

O diagnóstico da equipe econômica de Marcílio Marques Moreira pode ser resumido de forma elementar. O modelo de desenvolvimento implantado de 1930 a 1980 está esgotado, com a agravante de que o papel de sustentáculo desse desenvolvimento desempenhado pelo Estado acarretou sua própria falência econômica. A solução que acompanha esse diagnóstico é geralmente qualificada como "liberal": a produção de um mercado interno forte depende da ampla integração do Brasil no mercado internacional. E isso significa também que o Estado deixa de ser o motor do desenvolvimento econômico, com a conseqüência óbvia de que ele tem de ser redimensionado, redirecionado exclusivamente para os chamados serviços públicos e saneado financeiramente. Como conseguir isso?

Em primeiro lugar, é preciso estabelecer um cronograma para a queda das tarifas alfandegárias, permitindo que as empresas aqui instaladas se preparem para a nova realidade. Em segundo lugar, é preciso sanear as finanças públicas em três frentes: eliminação do déficit público, programa de privatização e acordo da dívida externa. Todos esses pontos se encontram num único lugar, que é o epifenômeno desse projeto: política econômica recessiva. A recessão pretende preparar as empresas para a competição internacional vindoura, atende às exigências para refinanciamento da dívida externa e cria as condições para a implantação da reforma fiscal do Estado, impedindo as empresas de repassar aos produtos os aumentos reais de impostos.

O ministro Marcílio tem em mente o modelo mexicano: criar condições econômicas e políticas para o afluxo de capitais internacionais de vulto. Se lhe colocassem o problema de saber por que esses capitais viriam para o Brasil e não para outro lugar (já que parece que ninguém quer nos explorar), ele talvez respondesse: há dinheiro sobrando no mercado internacional e o Brasil, apesar dos pesares, tem a infra-estrutura e os recursos naturais que faltam seja aos países do Leste europeu seja à China. Marcílio tem contra o seu projeto, entretanto, o fato de ele ser uma aposta no escuro: basta olharmos o exemplo do Chile e da Argentina, que seguiram à risca a cartilha mexicana e até agora não viram nem sombra do capital externo que esperavam receber. Por fim, o Primeiro Mundo pode ter encontrado na revolução da informática e da microeletrônica uma nova fonte de dinamismo econômico que dispensa provisoriamente o desbravamento e exploração de novas áreas do planeta¹.

O movimento pelo *impeachment* calou-se em relação ao conjunto desse projeto. Nada ouvimos a respeito do diagnóstico, nenhuma crítica foi endereçada às soluções propostas por Marcílio Marques Moreira. Ouvimos (abafadamente) que o movimento contra Collor era também um movimento contra a política econômica do governo, o que significava simplesmente que era contra a recessão. Ouvimos (para variar) que Marcílio era funcioná-

(1) O presente texto é devedor, sob vários aspectos, das análises de João Manuel Cardoso de Melo. Cf., por exemplo, "A nova ordem mundial e o Brasil", *Pre-sença*, nº 18, junho de 1992.

rio do FMI, o que simplesmente acrescenta à oposição abstrata contra a recessão o já conhecido "atrelamento aos interesses internacionais". Nenhuma palavra sobre o projeto Marcílio-Collor, seja para expor os seus equívocos, seja para alertar para o fato de que ele coloca problemas reais que têm de ser enfrentados. Os discursos contra a recessão parecem feitos por crianças que não sabem por que apanham: não é um "mal necessário", mas simplesmente um mal incompreensível. Embarcamos na idéia de que recessão é coisa de sádicos profissionais, cuja contrapartida natural é a crença de que o crescimento econômico é simples questão de apertar botões de uma máquina ansiosa por funcionar.

É justamente aqui, no entanto, que reside a unidade do movimento pelo *impeachment*: o potencial de revolta que ele mobilizou esteve referido primordialmente à recessão e seus efeitos, recessão que no projeto político do governo Collor é epifenômeno de uma trama muito mais ampla e articulada. É possível que os empresários aceitem em princípio a tese da integração com o mercado mundial, mas não querem pagar o preço de uma recessão profunda e prolongada. Os aparelhos políticos encastelados no Estado não admitem que este perca sua função de motor do desenvolvimento econômico, o que acarreta considerável perda de poder político. Os sindicatos, por sua vez, querem recuperar o poder perdido no contexto da recessão econômica, que afeta inclusive a expansão de sua base de sustentação. Em alguns casos, como na luta dos portuários, o que se pretende é simplesmente a manutenção de privilégios sindicais. Os descamisados já não têm nem mesmo a fonte de sua miséria, que é o emprego. A classe média mantém na cabeça as promessas de integração com o Primeiro Mundo (fonte formidável de tênis esportivos e fornos de microondas), mas se defronta a cada dia com a realidade da recessão, que a faz caminhar a passos largos para a proletarianização.

Mas, mesmo detectando na recessão o princípio decisivo de mobilização da sociedade, não podemos atribuir a ela o papel de detonador do processo, pois sabemos que os protestos de massa surgiram no bojo das investigações das atividades de Paulo César Farias, sendo, portanto, posteriores à instalação da CPI. Explicar as causas do processo significa, então, investigar a lógica de funcionamento da política institucional e quais os mecanismos que ensejaram a criação da CPI Farias.

Penso que devemos buscar o cerne dessa lógica na própria Constituição de 1988. Seria de profundo interesse examinar o contexto político e social que engendrou um texto constitucional de cunho marcadamente parlamentarista, em flagrante descompasso com o papel do Congresso na vida política nacional. Mas o que se pretende aqui é tão-somente apontar para o fato de que, ironicamente, a Constituição caiu inesperadamente na cabeça do próprio Congresso, composto hoje por muitos integrantes do próprio processo constituinte. O processo de *impeachment* desabou sobre o Congresso Nacional sem que este tenha sido em nenhum momento o seu motor nem muito menos pretendesse trazer para si a responsabilidade pelo movimento que se seguiu. Todos nos lembramos da relutância com que foi instalada a

CPI para investigar Paulo César Farias, decisão tomada a contragosto pela maioria das lideranças políticas.

Tornou-se um lugar-comum afirmar que o processo de *impeachment* é uma manobra parlamentarista, mas sem que com isso entendamos as suas raízes nem tampouco suas consequências. O Congresso Nacional é muito menos o autor e o articulador do processo do que vítima das obrigações constitucionais que ele mesmo se impôs. O parlamento é, de fato, o centro das decisões, mas tinha se recusado até agora a assumir a responsabilidade correspondente a essa posição constitucional privilegiada. Em suma, o *affair Collor* exprime uma situação de emperramento do mecanismo de funcionamento institucional, em que uma Constituição de cunho marcadamente parlamentarista convive com o presidencialismo. E isso não vem sem consequências.

Se o Congresso está de fato dando o primeiro passo para a implantação do parlamentarismo, antes mesmo da realização do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo em abril de 1993, poderemos ver emperrar novamente o funcionamento das instituições caso seja aprovado o presidencialismo e não haja uma ampla reforma constitucional.

Além disso, podemos imaginar que o embate entre Collor e o governo Itamar Franco vá se dar justamente sob a roupagem da oposição presidencialismo/parlamentarismo. Collor está obrigado a apostar no fracasso e no desgaste de um governo "parlamentarista" (como já é apresentado o governo de Itamar Franco)², e suas chances, por incrível que pareça, são boas. Collor deverá contar com o fato de que é impossível construir uma política econômica que possa ter o respaldo de uma aliança que vai do PDS ao PT, passando por uma importante dissidência do PFL. E a Itamar Franco parece restar a saída que poderíamos chamar de "Mailson da Nóbrega", com uma política monetária relativamente austera e uma espécie de pacto informal de preços e salários em nome da governabilidade, esperando a decisão definitiva que será dada pela conclusão do processo de *impeachment* e pelo plebiscito do ano que vem.

De todo modo, o que chama a atenção no processo de *impeachment* é que encontramos não apenas uma situação limite na economia, mas também no mecanismo de funcionamento da política institucional. Temos diante de nós uma nova ordem econômica mundial que exige respostas rápidas e um modelo de desenvolvimento esgotado. Somos herdeiros de um Estado falido e de uma democracia que ainda não disse a que veio.

Exatamente por isso parece interessante pensarmos sob essa perspectiva a idéia de "democracia delegativa", tal como esboçada por Guillermo O'Donnell³, enfatizando não a sua pretensão sistemática (a da construção de um "tipo"), mas as questões institucionais que nos propõe. Se, de fato, a democracia brasileira (em contraste com os países capitalistas desenvolvidos) escolhe sistematicamente "salvadores da pátria", autorizando o presidente da República a governar segundo melhor lhe parecer, o *impeachment* de Collor nos mostra que o modelo se encontra numa encruzilhada. Uma das hipóteses levantadas por O'Donnell é a de que as "democracias

(2) Diz-nos a imprensa que os representantes do empresariado se convenceram da oportunidade da nomeação de Gustavo Krause depois que lhes disseram que o ministro "tem bom trânsito" no Congresso.

(3) "Democracia delegativa?". *Novos Estudos*, nº 31, outubro de 1991.

delegativas" podem ser duradouras, caso não haja ameaças abertas de retrocesso autoritário nem indícios de institucionalização da representação. Mas o caso brasileiro parece mostrar que a manutenção desse modelo delegativo — numa economia altamente diversificada como a nossa — teria de pagar o preço da supressão dos dispositivos constitucionais parlamentaristas e de um radical enclausuramento da economia brasileira frente ao mercado mundial, caso em que assistiríamos à construção do "capitalismo em um só país", mantendo uma indústria inteiramente obsoleta, um Estado cada vez mais desorganizado e ineficiente, e reafirmando a condição miserável de dois terços da população.

Sendo assim, por paradoxal que possa parecer, é justamente a falência do Estado brasileiro e a orientação parlamentarista de nossa Constituição o que pode nos permitir superar os problemas próprios de uma "democracia delegativa" e de um modelo de desenvolvimento esgotado. Porque a solução não pode mais provir unicamente do Estado, é possível pensar a produção de projetos políticos que sejam continuamente incorporados e sustentados por amplas parcelas da população, de maneira a caminharmos na direção da institucionalização da representação. Porque temos uma carta constitucional francamente parlamentarista, introduzimos na política institucional uma antídoto às soluções mágicas da "democracia delegativa".

Até o presente momento, entretanto, vivemos apenas a experiência do emperramento e da imobilização. O episódio do *impeachment*, com seu baixo grau de politização, não nos autoriza o otimismo, já que a maneira pela qual foi conduzido entrava a própria solução dos problemas que estão em sua raiz. Também o Congresso, passada a fase aguda da crise, não parece dar sinais de ter compreendido o que se passou⁴. Por fim, o governo Itamar se diz provisório e prima pela provisoriedade.

Mas, depois do *impeachment*, é possível já vislumbrar alternativas, ou, pelo menos, condições políticas favoráveis à construção de alternativas políticas consistentes. É possível que o projeto "liberal" (em sua versão Collor, ao menos) tenha sido efetivamente riscado do cenário político, que suas palavras de ordem venham agora associadas a corrupção e descaso com o bem comum, como é possível que, no caso de Collor voltar ao poder após o processo de *impeachment*, não haja mais condições de prosseguir na implantação desse projeto. Mas convém estarmos atentos para as razões profundas que levam agora ao afastamento do presidente e para a importância crucial dos debates em torno da forma e do sistema de governo. Convém lembrarmos que o descarte de um projeto político implica também formularmos projetos alternativos, projetos pelos quais possamos novamente sair às ruas. Só que, desta vez, para exigir seu cumprimento.

(4) O presidente da Câmara dos Deputados disse que os deputados vão votar apenas uma reforma fiscal "de emergência", já que a "verdadeira" reforma fiscal virá apenas com a revisão constitucional de 1993. Algo parecido com as "leis complementares" à Constituição que até hoje não foram votadas.

Recebido para publicação em outubro de 1992.

Marcos Nobre é professor de filosofia da Unicamp.

Novos Estudos

CEBRAP

Nº 34, novembro 1992

pp.15-19
